

Projecto-Resolução n.º 645/XV/1ª

Recomenda ao Governo a criação de condições mais atrativas para a carreira de inspetor sanitário e o reforço do corpo de inspetores da DGAV

Exposição de motivos

É inquestionável que os inspetores sanitários desempenham um papel fundamental na indústria de produção de carne, dado que são estes profissionais os responsáveis por garantir a segurança alimentar do produto e, portanto, a saúde dos consumidores. A crónica insuficiência de inspetores em Portugal pode ter graves consequências na saúde pública, o que, por si só, é motivo mais do que suficiente para preocupação. Além disso, pode resultar em consequências económicas igualmente graves, nomeadamente fruto da perturbação da produção deste importante bem alimentar, originando escassez e consequente aumento dos preços, podendo até provocar desequilíbrios na balança comercial do país. Como é sabido, é proibido abater animais sem a presença de um inspetor sanitário, ora, sem eles, a ação dos agentes económicos é manifestamente prejudicada. Assim, é essencial haver inspetores sanitários em número suficiente para ser garantida a segurança alimentar dos consumidores e o regular funcionamento do mercado.

Segundo a Associação Portuguesa de Industriais de Carne (APIC)¹, numa exposição endereçada à Senhora Ministra da Agricultura e Alimentação, datada de 6 de janeiro de 2023, a falta de inspetores sanitários é crónica, apesar de os matadouros pagarem avultados valores relativos às taxas de inspeção sanitária. Na referida exposição, a APIC coloca a questão nestes termos: “Apesar de haver matadouros que chegam a liquidar ao

¹ APIC, Exposição à Senhora Ministra da Agricultura e Alimentação-falta de inspetores sanitários (on line). Disponível na internet: <<https://drive.google.com/file/d/1HItRzEBfAwaXGfxwtMkAX6wC09WITYpK/view> > (consultado em 20-04-2023).

Estado mais de 35.000€ mensalmente, ainda assim, têm de mendigar à DGAV a disponibilização de inspetores sanitários a fim de poderem desenvolver a sua atividade”. Igualmente, Ricardo Lobo, presidente da Associação Nacional dos Médicos Veterinários dos Municípios (ANEVEM), numa audição em sede de Comissão de Agricultura e Pescas realizada no dia 29 de março de 2023, prestou declarações no sentido da identificação da mesma problemática. Ora, se há agentes da sociedade civil que sublinham a carência crónica de inspetores sanitários e, dada a importância que estes profissionais representam - quer para a saúde pública, quer para a indústria e naturalmente para o país -, é imperativo compreender o que tem feito a tutela para solucionar este alarmante desafio.

Uma das opções apresentadas pela tutela para resolver a falta de inspetores sanitários da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), foi permitir que os municípios assumissem parte da responsabilidade onde a DGAV não fosse capaz de assegurar a inspeção. No entanto, o presidente da ANTEVEM afirmou na referida audição que a municipalização não é compatível com os regulamentos europeus, designadamente quanto à formação dos técnicos, isenção e rigor, podendo colocar em risco a saúde pública. Isto é, a dependência dos inspetores sanitários dos municípios, muitas vezes com contratos precários e respondendo aos proprietários dos matadouros, que podem ser, inclusive, empresas municipais, pode gerar conflitos de interesse prejudiciais à decisão do trabalhador e com possíveis consequências na saúde pública. No mesmo sentido, o Sindicato Nacional dos Médicos Veterinários (SNMV), pela voz do seu presidente, Eduardo Correia, referiu em audição à mesma comissão que os “contratos precários aumentaram significativamente” e que “há contratos à tarefa, há contratos à hora, há contratos para todos os gostos”. Mas o dirigente sindical foi mais longe, referindo que “há quem se gabe de dizer que ‘fui eu que indiquei o seu nome para o senhor ser contratado’”. É manifesto que, por mais zeloso que o profissional seja, algo está errado. Outra das soluções propostas pela tutela foi a alocação de 3,5 milhões de euros, previstos no Orçamento de Estado (OE) de 2021, para a contratação de 100 profissionais de inspeção sanitária. No entanto, essa verba não foi disponibilizada e os profissionais estão por contratar. Relativamente a esta matéria, o presidente da ANVETEM manifestou sérias dúvidas quanto à capacidade do Ministério ou da DGAV em preencher essas 100 vagas,

caso sejam efetivamente abertas. A razão para este diagnóstico prende-se, segundo este, com o “fraco apelo das carreiras”, traduzido em emigração dos profissionais que legitimamente buscam condições mais favoráveis noutras paragens. A este propósito, o presidente do SNMV referiu que as carências têm “aumentado de forma absolutamente assustadora”. Segundo o presidente do sindicato, há casos de matadouros que passaram “de seis e sete inspetores a apenas três”. Da mesma forma, Susana Pombo, diretora-geral de Alimentação e Veterinária, admitiu à mesma comissão, no dia 11 de abril de 2023, que o quadro de médicos veterinários da DGAV reduziu 56% entre 2010 e 2022.

Face à desvalorização destes profissionais, responsáveis por tomar decisões cruciais em nome do Estado para proteger a saúde pública, mas atendendo também à crónica falta de recursos humanos, o responsável do SNMV afirmou à comissão que “não é um problema de dinheiro, a taxa de inspeção serve exatamente para isso, pagar os custos de inspeção”. Consequentemente, o insustentável e perigoso estado de coisas tem levado os profissionais a realizar greves sucessivas. Este cenário não beneficia nenhum dos envolvidos, nem os agentes económicos, nem os inspetores sanitários, nem o Estado, e, sobretudo, os consumidores. No mesmo sentido, a diretora-geral também admitiu à comissão que os trabalhadores estão insatisfeitos. Contudo, deixou perceber que o valor de aproximadamente 5,4 milhões de euros/ano obtidos por via da taxação, não é suficiente, contrariando a visão do responsável do sindicato. Além disso, confirmou que a verba de 3,5 milhões de euros previstos no OE de 2021 nunca chegaram e que os concursos externos não foram lançados.

Face ao exposto, podemos concluir que existe uma deficiência crónica e inofismável de profissionais de inspeção sanitária e que a segurança alimentar só é garantida fruto do zelo, ética e sentido de responsabilidade dos profissionais que desempenham função tão nobre e fundamental em condições tão adversas. Além disso, podemos identificar também que esta deficiência de recursos humanos prejudica sobremaneira os agentes económicos e o normal funcionamento do mercado, mas também que, apesar de não existirem evidências de que a saúde pública esteja em causa de momento, o risco existe. Como tal, se no futuro quisermos continuar a gozar de segurança alimentar no consumo de carne, é imperativo tornar as carreiras mais apelativas e resolver a insuficiência de inspetores sanitários.

Assim, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentalmente aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do Chega, recomendam ao Governo que:

1. Incluindo os agentes interessados no processo, melhore as condições da carreira dos inspetores sanitários, designadamente, mas não só, na dimensão da justiça salarial;
2. Inicie diligências para que a DGAV receba a verba necessária para a contratação de novos profissionais, especificamente os 100 anunciados e proceda à regularização dos profissionais que estão contratados actualmente com vínculos precários.

Palácio de São Bento, 24 de abril de 2023

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA,

André Ventura - Bruno Nunes - Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias -
Rui Afonso - Rui Paulo Sousa